

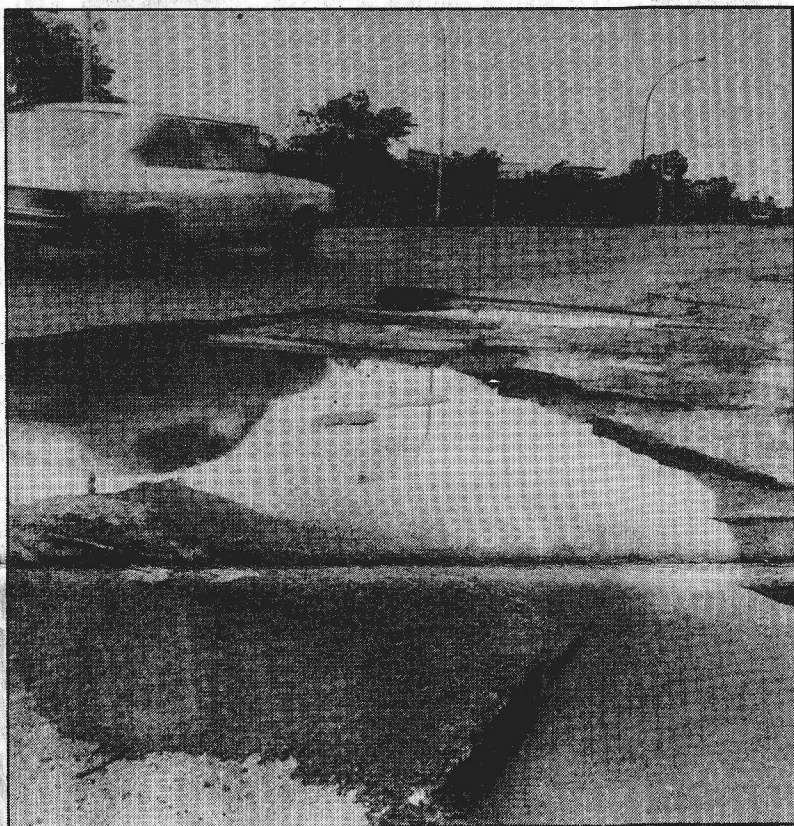
Multivacinação evita endemias

Em setembro de 1990, o Ministério da Saúde mudou a rotina do serviço de vacinação patrocinado pelo Executivo. Até então, priorizava-se o combate à poliomielite. O que não era um erro, propriamente, pois praticamente erradicou-se a paralisia infantil no País: “desde março de 1989, nenhum caso foi confirmado”, garante um folheto do Ministério. Mas, as outras cinco prioridades históricas da saúde desde 1973, ficavam, com isso, em segundo plano. E não se eradicou a coqueluche, o sarampo, o tétano, a difteria e a tuberculose entre as crianças de até cinco anos de idade, o universo-alvo dos programas de vacinação.

Veio então, em 1990, a multivacinação. O que não era novidade para uns poucos estados, que já vinham ministrando outras vacinas juntamente com a da pólio, a cada Dia Nacional de Vacinação. O que o Governo fez, já este ano, foi garantir a multivacinação em todo o País. Fez mais: nos Dias Nacionais de Multivacinação (em abril, no Nordeste, e em junho e agosto, no geral), incluiu a aplicação do toxóide tetânico nas mulheres em idade fértil — dos 15 aos 49 anos —, para o controle do tétano neonatal. Aplicou, ainda, a vacina contra a hepatite B, na Amazônia Ocidental (Roraima, Amazonas, Acre e Amapá) — e a vacina contra a febre amarela, nas áreas endêmicas.

Mudou, também, o nível de responsabilidade do Ministério. Até então, o Governo entrava tão somente com as vacinas propriamente ditas, cabendo aos municípios e aos estados o fornecimento do material de manipulação descartável — seringas, algodão etc. Agora, o Governo entra com tudo, até porque há prefeituras sem dinheiro sequer para o algodão. O Ministério apostou, também, na melhoria do material humano que é mobilizado na vacinação: ao longo deste ano, ele treinou 18 mil e 500 profissionais em Sala de Vacinação. Um percentual bastante significativo em relação ao total de 500 mil pessoas que o Ministério acionou neste serviço, em 1991.

Outra conquista foi a formação de um comitê de assessoramento técnico em imunização, composto por cientistas, dez ao todo, especialistas em pediatria e infectologia.



Recuperação da malha viária do país é urgente, mas não sai

Presidida por Gabriel Ozelka, essa entidade não-governamental reúne-se em Brasília uma vez por mês, sob os auspícios do Ministério, e constitui-se em um inofismável ganho técnico para o Programa Nacional de Imunização. Nasceu no comitê, a idéia (agora rotina) de aplicar a BCG em todos os bebês nascidos nas maternidades de todo o Nordeste. E o desafio de, em 1992, manter-se *mão na mão* com a Unicef, pela popularização do hábito de vacinar e vacinar-se. A palavra de ordem é mais do que um simples slogan: “Todo dia é dia de vacinação”.

Agentes e Parceiras — Nem mesmo os escândalos das bicicletas tira a importância do Programa Nacional de Agentes Comunitários de Saúde, nascido em agosto deste ano, não das elocubrações de burocratas do Governo, mas da cabeça de pessoas e entidades que há muito praticavam o atendimento médico de casa em casa, definição e a razão de ser e de existir o Plano. Enfermeiros, assistentes sociais, pastorais da criança, professoras, Fiocruz e Unicef reuniram-se no Ministério, em junho, elaboraram um documento e deram o *pontapé inicial*.

Cada estado indicou dois coordenadores locais, e a Fundação Nacio-

nal de Saúde apontou um terceiro. De três em três, de estado em estado, o Programa entrou o mês de dezembro envolvendo a participação de 530 municípios. Da meta inicial, de recrutar 19 mil agentes “em ponto de bala”, o Ministério formou 13 mil — e os outros seis mil não se formaram ainda por causa da greve na Bahia. E, também, devido ao surto de cólera, que inverteu o eixo de atuação do Programa, previsto inicialmente para eclodir no Nordeste, mas agora quase todo mobilizado na Amazônia. Em boa hora, aliás: tão logo os agentes chegaram lá, caiu sensivelmente a incidência da doença.

Mais de 300 mil pessoas se candidataram às primeiras 19 mil vagas de agente comunitário de saúde. Qualquer um pode fazê-lo, desde que resida e conheça a região, tenha mais de 18 anos de idade e seja alfabetizado. Indicação política não vale, garantem os coordenadores. Até atrapalha. Na verdade, o programa obriga as prefeituras a criarem os conselhos municipais de saúde — das 82 que se inscreveram na Paraíba, 43 não tinham o conselho e, sem isso, nada feito.

E os prefeitos têm, ainda, a obrigação de prover os agentes com o ensino de 1º Grau. Agente aprovado, só se for escolado.